



XVII SICOOPES & VIII FECITIS

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

FEIRA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO SOCIAL

COOPERATIVISMO NA REGIÃO CARAJÁS – SUDESTE DO PARÁ, UM TERRITÓRIO EM MOVIMENTO

COOPERATIVISM IN THE CARAJÁS REGION – SOUTHEAST OF PARÁ, A TERRITORY ON THE MOVE

Manuel Fábio Matos Barros¹
Edma Silva Moreira²
Maria José de Souza Barbosa³

Área Temática 02: Cooperativismo, Economia Solidária e Gestão de Empreendimentos
Modalidade: Artigo Científico

Resumo

O presente artigo é fruto de uma revisão de literatura e aborda a região de Carajás, no Sudeste do Pará, destacando a presença camponesa significativa e sua trajetória de lutas para consolidação da agricultura familiar, bem como, a importância do cooperativismo, com o objetivo de discutir os conceitos agricultura familiar e campesinato, a fim de caracterizar a região Carajás, descrever e interpretar o território e historicizar o cooperativismo da região de Carajás, marcada por intensos conflitos fundiários e pela presença de mais de 500 Projetos de Assentamentos – PAs. TRAZER A METODOLOGIA

O território é pensado não apenas como um espaço físico, mas também como um campo imaterial formado por disputas por terra, fomento produtivo, representação política, beneficiamento e comercialização da produção. O cooperativismo desempenha papel crucial na organização e comercialização da produção agrícola familiar, contribuindo para o fortalecimento do movimento sindical e para a implementação de agroindústrias voltadas para o beneficiamento de frutas. No entanto, existem desafios e dificuldades como a escassez de acesso às políticas públicas e problemas na gestão das cooperativas, pela falta de formação específica ao trabalho coletivo, uma vez que é preciso desterritorializar equívocos do passado e reterritorializar uma nova cultura organizacional no interior das organizações cooperativas de modo a fortalecer o movimento cooperativo, e consolidar a agricultura familiar como sujeito do desenvolvimento rural com equidade social, econômica, ambiental e cultural.

Palavras-Chave: Agricultura familiar, Carajás, Cooperativismo, Cultura organizacional, Território.

Abstract

This article is the result of a literature review and addresses the Carajás region, in the Southeast of Pará, highlighting the significant peasant presence and their trajectory of struggles to consolidate family farming, as well as the importance of cooperativism. With the aim of discussing the concepts of family farming and peasantry, in order to characterize the Carajás region, describe and interpret the territory and historicize cooperativism in the Carajás region, to this end we understand the region marked by intense land conflicts and the presence of more than 500 Settlement Projects – PAs. This territory is thought of not only as a physical space, but also as an immaterial field formed by disputes over land,

¹ Instituto Federal do Pará. manuel.fabio@ifpa.edu.br

² Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. edma@unifesspa.edu.br

³ Universidade Federal do Pará; mjsb.ufpa@gmail.com



XVII SICOOPES & VIII FECITIS

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

FEIRA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO SOCIAL

productive promotion, political representation, processing and commercialization of production. Cooperativism plays a crucial role in the organization and commercialization of family agricultural production, contributing to the strengthening of the union movement and the implementation of agro-industries focused on fruit processing. However, there are challenges and difficulties such as the lack of access to public policies and problems in the management of cooperatives, generally due to a lack of specific training for collective work. To understand these challenges, it is necessary to uncover other symbolic territories such as organizational culture. It is necessary to deterritorialize past mistakes and re-territorialize a new organizational culture within cooperative organizations in order to strengthen the cooperative movement, and consolidate family farming as a subject of rural development with social, economic, environmental and cultural equity.

Key words: Family farming, Carajás, Cooperativism, Organizational culture, Territory.

1. Introdução

A compreensão do modo de vida, de produção, de reprodução social, das relações econômicas, culturais, ambientais e educacionais no campo é motivo de debate e, nesse artigo, busca-se compreender os termos que ao longo de séculos têm levado teóricos a se debruçarem nessa temática. No Brasil a agricultura familiar foi regulamentada pela Lei Federal n.º 11.326, de 24 de julho de 2006⁴, mas também como forma de cunhar um conceito guarda-chuva e “apaziguar” uma categoria social, para termos como caipira, capiau, lavrador, camponês, roceiro, dentre outros.

Para entender esta categoria na região Sudeste do Pará toma-se como referência a década de 1960 e as duas seguintes, quando o governo militar passou a agir fortemente, por meio de políticas desenvolvimentistas (incentivos fiscais, exploração mineral, investimento em infraestrutura etc.), com estratégias institucionais e territoriais, como a construção de estradas, hidrelétricas e ferrovias, criando um novo cenário econômico e político-social (Barros, 2015). Esse período foi marcado pela chegada de grande contingente de migrantes, vindos de várias regiões do país, formando uma população camponesa diversa, composta por fazendeiros, agricultores, garimpeiros, alguns com condição financeira e outros que dependiam da solidariedade para sobreviver. Esses novos habitantes, em uma constante disputa, conheceram e criaram vários territórios.

⁴ Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm. Acessada em 05/12/2023



XVII SICOOPES & VIII FECITIS

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

FEIRA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO SOCIAL

Nas últimas décadas alguns pensadores ligados à Geografia e posteriormente a outras áreas de conhecimento têm debatido questões relativas ao território, territorialização, desterritorialização e reterritorialização, termos que vão além do espaço físico, delimitação espacial, na medida em que aí ocorrem relações internas e externas que extrapolam os limites do econômico e produtivo e passam pelo campo imaterial das subjetividades dos sujeitos que os constroem com base em seus hábitos e costumes e na interação e conflitos com os demais.

Desta forma, para tratar da agricultura familiar e de suas várias estratégias de luta e consolidação da conquista da terra, particularizando a comercialização da produção nota-se aí um território (ou vários) em constante movimento, embora destaque o cooperativismo como uma ação coletiva de resistência e enfrentamento que se faz notada e necessária. Em vias de síntese, apresenta-se a compreensão de um território com uma dinâmica peculiar, marcada por lutas, avanços e retrocessos.

2. Metodologia

Para alcançar os objetivos de discutir os conceitos agricultura familiar e campesinato, caracterizar a região Carajás, descrever e interpretar o território e historicizar o cooperativismo da região de Carajás com a finalidade da construção desse artigo, a pesquisa se baseou em uma meticulosa revisão de literatura que abrangeu um amplo espectro de fontes acadêmicas e obras de autores renomados, visando compreender a trajetória do cooperativismo na região Carajás, localizada no sudeste do Pará, ao longo das últimas quatro décadas. Essa metodologia foi concebida para proporcionar uma visão abrangente e aprofundada do desenvolvimento do cooperativismo nesse contexto regional dinâmico.

O primeiro passo consistiu na identificação e seleção criteriosa de fontes relevantes relacionadas ao cooperativismo e à região Sudeste do Pará, utilizando diversas bases de dados acadêmicos, bibliotecas virtuais, repositórios institucionais e portais de periódicos científicos para localizar teses, dissertações, artigos científicos e obras de referência pertinentes ao tema.

Foram estabelecidos critérios claros de inclusão e exclusão para garantir a qualidade e relevância das fontes selecionadas e incluídas obras que abordassem o cooperativismo em suas diversas dimensões (econômica, social, política) e que oferecessem insights significativos sobre a realidade da região Carajás.



XVII SICOOPES & VIII FECITIS

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

FEIRA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO SOCIAL

Após a seleção das fontes, procedeu-se à análise e síntese crítica do conteúdo, identificando tendências, padrões, lacunas de conhecimento e divergências entre os diferentes estudos e abordagens, destacando os principais marcos históricos, eventos significativos e transformações socioeconômicas que influenciaram a evolução do cooperativismo na região ao longo do período analisado.

A abordagem adotada foi multidisciplinar, incorporando perspectivas da economia, sociologia, geografia, história e outras disciplinas relevantes para uma compreensão abrangente do fenômeno do cooperativismo e de seu contexto regional, o que permitiu uma análise mais completa e contextualizada dos desafios, oportunidades e impactos do cooperativismo na região Carajás. Para aumentar a confiabilidade e robustez dos resultados, foi realizada a triangulação de dados, confrontando informações provenientes de diferentes fontes e perspectivas, contribuindo para corroborar com as conclusões da pesquisa e mitigar possíveis vieses ou distorções na interpretação dos dados.

3. Resultados/Discussões

3.1 Campesinato e agricultura familiar: conceitos que se complementam

Compreender as dinâmicas adotadas pelo campesinato, inclusive, sua existência, evolução ou extinção é um desafio. Em seu trabalho "Questão Agrária", escrito no final do século XIX, Kautsky (1988) empreendeu uma análise das transformações propostas na sociedade, com foco destinado ao capitalismo no meio rural, utilizando uma abordagem marxista. Segundo o autor, o modo de produção agrícola resultou na concentração de riqueza, de maneira semelhante ao que ocorria na indústria instalada nos centros urbanos⁵ e, mesmo que os camponeses inicialmente não dependessem do mercado para sua subsistência, essa realidade se modificaria devido ao avanço tecnológico da indústria moderna, orientada pelos interesses do capital.

Kautsky (1998) demonstrou que o progresso técnico na agricultura foi introduzido pela burguesia rural, tanto a pequena quanto a grande, embora tenha destacado que esta última

⁵ Kautsky argumentou que o capitalismo se originou do processo industrial estabelecido nas áreas urbanas.



XVII SICOOPES & VIII FECITIS

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

FEIRA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO SOCIAL

desempenhou um papel crucial nesse processo, cujo resultado desse desenvolvimento foi a superação da economia camponesa pelo avanço tecnológico a serviço do capitalismo.

Alexander Chayanov (1974), nessa mesma démarche contribuiu com esse debate ao combinar sua experiência profissional da agronomia e da economia, para aprofundar a compreensão dos diferentes aspectos do campesinato. Sua pesquisa focou na análise da lógica do comportamento das unidades econômicas camponesas, tomando como ponto de partida os elementos microeconômicos.

Chayanov (2014) ao se apoiar na análise dos sistemas econômicos capitalistas descreveu o funcionamento das unidades familiares camponesas, destacando suas características únicas e específica da economia camponesa, diferenciando-a, portanto, do modelo de produção capitalista. Para isso, percebeu que a unidade camponesa não pode ser desenvolvida como parte integrante do sistema capitalista, chamando a atenção para o fato de que o campesinato seria capaz de se adaptar e resistir ao sistema capitalista e se reproduzir de modo a responder à sua maneira, às tensões próprias impostas pelo capitalismo industrial.

No entanto, para se pensar especificamente a realidade camponesa na Amazônia, buscou-se a contribuição de Costa (2000)⁶, o qual tem como ponto de partida argumentos sobre os aspectos produtivos e reprodutivos da estrutura camponesa, considerando os princípios defendidos por Chayanov e as regulações indicadas pela economia política marxista, abordando o campesinato na Amazônia sob a perspectiva da teoria da eficiência reprodutiva, que propõe que os camponeses tendem a mudar, inovar ou permanecer inativos em resposta a ameaças ou estímulos, tomando decisões que permitam sua reprodução e justifiquem sua existência na sociedade capitalista, ao examinar a dinâmica de expansão do capitalismo no contexto do espaço agrário amazônico. Nesse sentido, Costa (2020) estabelece um diálogo crítico com a proposição de Herrera (2019), alegando que a economia agrária na Amazônia se encontra fundamentada em dois modos de produção diferentes: o camponês e o patronal (ou empresarial capitalista).

⁶ Francisco de Assis Costa é autor de diversas obras de referência sobre a dinâmica agrária e campesinato na Amazônia, como pesquisador sua contribuição tem sido de grande importância no debate teórico sobre a relevância da produção extrativa e agrícola do campesinato que remonta ao século XVII e constitui umas das bases da economia regional. Para o autor, o campesinato é um conceito chave para pensar a economia agrária, sendo que a diversidade de formas de produção rural, e, de modo geral, dos agentes econômicos, têm implicações práticas sobre a criação de política de sustentabilidade na Amazônia. (SILVA, 2023)



XVII SICOOPES & VIII FECITIS

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

FEIRA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO SOCIAL

Para Costa (1995; 2010; 2012b), no entanto, a integração das esferas de produção e consumo confere a essa economia uma racionalidade decisória norteada por avaliações de eficiência reprodutiva. Essas avaliações incluem o grau médio de incertezas com o qual os indivíduos vivem e a estabilidade dessa condição ao longo de um horizonte temporal, delineado pela trajetória evolutiva da unidade familiar – marcada pelo nascimento e crescimento dos filhos, assim como, pelo envelhecimento dos pais.

Para se entender a questão conceito em termos da agricultura familiar ou camponesas, verifica-se que o aparelho estatal ao formular políticas federais destinadas a esse segmento, exemplificado pelo Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (BRASIL, 1996), ou promulgar a Lei 11.326/2006, pioneira em estabelecer diretrizes para o referido setor, a trata como agricultura familiar, uma estratégia para circunscrever o público-alvo enquanto utilização "operacional" do conceito, pautando-se, sobretudo, na caracterização geral de um grupo social extremamente heterogêneo.

Wanderley (2001) conceitua agricultura familiar como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo, havendo, desta forma, uma estrutura produtiva que associa família-produção-trabalho com consequências no modo como esta age econômica e socialmente; nessa expectativa todo o investimento em recursos materiais e de trabalho despendido na unidade de produção, pela geração atual, possa vir a ser transmitido à geração seguinte, garantindo-se assim a sobrevivência imediata, bem como, a reprodução das gerações subseqüentes.

Altafin (2007) alerta para o fato de que o conceito de agricultura familiar atualmente é utilizado como um guarda-chuva conceitual, que abriga grande número de situações, em contraposição à agricultura patronal e o ponto focal das diferenças encontra-se no tipo de mão de obra e de gestão empregada. Somam-se a estas o tamanho da área e a renda familiar.

Michelotti (2019) por sua vez enfatiza que a agricultura familiar representa uma modalidade organizativa de produção de grande relevância na região amazônica, desempenhando papel crucial na produção de alimentos e na ocupação territorial, mas também identifica os desafios da agricultura familiar, relacionados à posse de terra, acesso a recursos naturais, políticas públicas e participação no mercado, fatores que podem restringir sua capacidade de desenvolvimento e expansão, destacando a categoria mais abrangente do campesinato, englobando não apenas a dimensão econômica, mas aspectos políticos e culturais,



XVII SICOOPES & VIII FECITIS

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

FEIRA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO SOCIAL

associados às diversas formas de resistência em contextos marcados pela “imposição de formas de dominação vinculadas à grande propriedade”.

Dessa forma, Michelotti (2019) reflete sobre a agricultura familiar e o campesinato, evidenciando importâncias e desafios na região amazônica, assim como suas interações com outros setores e atores sociais, ressaltando que o campesinato compreende um conjunto de práticas e valores centrados na terra e na produção agrícola, desempenhando papel significativo na região amazônica, especialmente nas lutas pela terra e na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais.

Em resumo, a agricultura familiar se refere a um conjunto de atividades agrícolas realizadas por famílias em pequenas propriedades, fundamentadas em relações de trabalho e produção familiares, enquanto o campesinato transcende essa perspectiva, abarcando não apenas aspectos econômicos, mas também dimensões políticas e culturais. Assim, os termos agricultura familiar e campesinato se complementam, configurando uma categoria social dinâmica, em constante movimento de resistência e adaptação, que busca enfrentar desafios e adotar estratégias de representação em âmbitos culturais, sociais, ecológicos e políticos, além de organizar a produção, presença e participação econômica.

3.2 Sudeste do Pará e Região Carajás na constituição da dinâmica do cooperativismo

Para Monteiro e Silva (2020) a região de Carajás abrange praticamente a totalidade dos municípios paraenses que são especificamente as Regiões Geográficas Intermediárias⁷ de Redenção e Marabá, excluindo os cinco municípios pertencentes à região imediata de Tucuruí.

Ocupada principalmente a partir da segunda metade do século XX, essa parcela do Estado do Pará teve seu grande fluxo migratório com a instauração do governo militar. Segundo Monteiro e Silva (2021, p. 10)

Já no primeiro ano da ditadura militar e sobretudo em virtude dos impulsos provocados pela ligação rodoviária entre Belém e Brasília, o governador Jarbas Passarinho iniciou a construção da rodovia estadual PA-070, atualmente BR-222, que interligaria Marabá àquela rodovia [...] As áreas adjacentes à rodovia foram

⁷ O Brasil é formado por cinco regiões geográficas que abrangem suas 27 unidades federativas e englobam 5570 municípios. Os municípios se distribuem em 510 regiões geográficas imediatas, que por sua vez estão agrupadas em 133 regiões geográficas intermediárias. A lista está dividida entre as cinco regiões geográficas brasileiras e as divisões regionais estão ordenadas pela codificação do IBGE. (IBGE, 2017).



XVII SICOOPES & VIII FECITIS

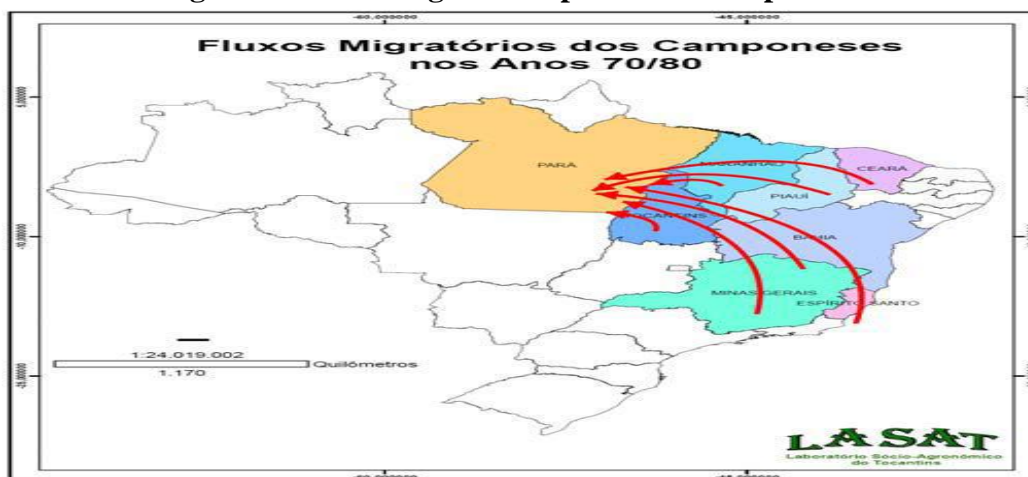
SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

FEIRA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO SOCIAL

rapidamente ocupadas, o que teria ocorrido pelo fato de essa estrada estar localizada a poucos quilômetros do limite com o Estado do Maranhão, o que levou muitos camponeses a entrarem no estado do Pará.

A dinâmica produtiva instaurada em Paragominas, com um dos núcleos urbanos mais dinâmicos surgidos com a rodovia Belém-Brasília, atraiu grande quantidade de fazendeiros, que mantiveram relações sinérgicas com os que ocuparam áreas próximas à PA-070. Assim, por essa rodovia algum tempo depois chegaram ao Estado “os lavradores maranhenses, fazendeiros baianos, mineiros e capixabas” (Velho, 2009, p. 133).

Figura 1. Fluxos migratórios para o sudeste paraense.



Fonte: LASAT in ASSIS, 2007, p. 33.

Ao efetuar a primeira conexão rodoviária com Belém, a rodovia PA-070 quebrou a dependência do transporte fluvial pelo rio Tocantins. Mais tarde o mesmo aconteceria com a construção das rodovias PA 150, PA 279 e as estradas operacionais OP-1, OP-2 e OP-3. A partir desse momento a região sudeste do Pará tomava sua dinâmica desenvolvimentista Monteiro e Silva (2021).

Como pode ser observado, a região passou por um processo de colonização sistemática, dirigida. Michelotti (2019) afirma que essa colonização foi um elemento central na configuração da estrutura fundiária e na emergência da questão da terra como um conflito regional-nacional, destacando que esse processo foi marcado pela expropriação das terras dos povos indígenas e pela imposição de uma estrutura fundiária baseada em grandes domínios territoriais (os castanhais), que bloquearam a formação de territorialidades alternativas e subordinaram a força de trabalho local.



XVII SICOOPES & VIII FECITIS

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

FEIRA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO SOCIAL

Ao compreender a estrutura fundiária, é possível identificar padrões de posse da terra, concentração de propriedade, presença de estabelecimentos familiares e não familiares, bem como as dinâmicas de uso da terra, como a expansão agropecuária e os conflitos agrários Michelotti (2019).

O sudeste do Pará é uma região marcada por intensos conflitos fundiários e pela presença significativa de agricultura familiar e campesinato. Michelotti (2019) menciona que a politização da luta pela terra no sudeste paraense assume a perspectiva territorial, extrapolando o espaço vivido e estabelecendo uma conexão com a conquista dos assentamentos e dos direitos sociais relativos a esses espaços. Para o autor, a politização da luta pela terra envolve não apenas a luta territorial (território físico/espacial) em si, mas sua conexão com questões mais amplas, como a conquista de direitos sociais, a articulação sindical e política e os rearranjos no bloco regional de poder, que levou a uma aproximação política de parte da velha oligarquia castanheira com os novos fazendeiros e comerciantes, articulados em torno do desenvolvimento da pecuária extensiva e da mineração.

Na segunda metade do século XX, a região foi impactada pela criação do Programa Grande Carajás (PGC) em 1980, que coordenou a execução de projetos já existentes na região, como a exploração das minas na Serra dos Carajás e a construção da estrada de ferro Carajás que liga as jazidas de minério de ferro ao Porto de Itaqui, em São Luís do Maranhão, dinâmicas essas que contribuíram para sua configuração territorial.

No Pará, particularmente na região Carajás a configuração socioeconômica e política, especialmente no que diz respeito à integração com as dinâmicas da acumulação nacional e à complexificação da economia urbano-regional está concentrada na mineração industrial associada a núcleos siderúrgicos, grandes frigoríficos que absorvem, beneficiam e comercializam a produção da pecuária extensiva, enquanto a agricultura familiar produz alimentos, além da rede de comércio e serviços urbanos que contribuem para a formação socioeconômica e cultural dessa região (Michelotti, 2019).

Nas últimas décadas esse território recebeu investimentos por meio de políticas públicas de reforma agrária por meio do INCRA SR 27⁸, que criou 515 Projetos de Assentamentos –

⁸ A SR-27 foi criada em 1996, com sede em Marabá, mas tendo por área de competência a região sul e sudeste do Pará. Atualmente, no Estado do Pará existem três superintendências: Marabá (SR-27), Santarém (SR-30) e Belém (SR-01). Essas superintendências abrigam 25% das famílias assentadas pelo programa de reforma agrária em todo



XVII SICOOPES & VIII FECITIS

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

FEIRA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO SOCIAL

PA, que entre os anos de 1987 e 2020. Segundo Silva (2023) a capacidade desses PAs é de 93.639 famílias e atualmente 71.145 que famílias estão regularmente assentadas e uma área total de 4.668.555,1610 hectares. Com esses indicadores, pode-se comprovar a importância e a força do campesinato na região de Carajás, no contexto da reforma agrária, formando assim uma força antagônica às grandes propriedades agropecuárias e mineradoras.

3.3 O território físico e imaterial do Carajás.

A região de Carajás tem uma trajetória recente de ocupação do território, e é marcada por intensos conflitos agrários, amplamente relatada na literatura (Congilio, 2014; Congilio, Moraes, 2016).

Ao prefaciá-la obra de Saquet e Sposito (2009), Maria Encarnação Beltrão Sposito afirma que o paradigma do território, frequentemente categorizado como uma entidade singular, tem competido com o conceito de espaço nas preferências teóricas dos geógrafos ao selecionarem a ferramenta intelectual para a compreensão do ambiente contemporâneo. Este embate não se restringe apenas ao domínio geográfico, uma vez que cientistas sociais de diversas disciplinas direcionam seus interesses para o território, buscando entender o período atual a partir das tendências de circulação de pessoas, informações e bens.

Segundo Maria Encarnação Beltrão Sposito (*in* Saquet e Sposito 2009), o paradoxo reside no fato de que o território, na exploração da definição de territorialidades concretas ou abstratas são constantes processos de reterritorialização, representando contrapontos aparentemente antagônicos aos movimentos de naturezas que se intensificam em um mundo onde a circulação se impõe como imperativo. Estes elementos, embora dialeticamente articulados, surgem paradoxalmente como respostas complexas e multifacetadas às crescentes e acentuadas dinâmicas de circulação na contemporaneidade.

Ao observar a região de Carajás a partir do entendimento de Maria Encarnação Beltrão Sposito (*in* Saquet e Sposito 2009) nota-se essa mobilidade, fluidez, instabilidade e imponderabilidade que, em certa medida, forjam um território de disputas sobre questões como: terra, organização e representação social, mineração, crédito produtivo dentre outras. Cabe

o Brasil³⁷. Do total de famílias assentadas no estado do Pará, 30% estão na área de competência da SR-27 (Neves, 2014.p.4)



XVII SICOOPES & VIII FECITIS

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

FEIRA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO SOCIAL

ressaltar que os territórios físicos – como é o caso da região de Carajás, são compostos por vários territórios imateriais. Um exemplo disso é a agricultura familiar com sua organização social e produtiva sob a forma de associações para a representação da classe e cooperativas para orientar e dinamizar a produção. Nesse sentido, Saquet (2007, p. 82) chama atenção ao revelar que:

O tempo presente, passado e futuro indicam processualidade e, também, simultaneidade, pois vivemos diferentes temporalidades e territorialidades, em unidade, em processo constante e concomitante de desterritorialização e reterritorialização que gera sempre *novas* territorialidades e *novos* territórios que contêm traços/características dos *velhos* territórios e territorialidades Saquet (2007, p. 82).

Assim, ao analisar tal situação o Autor diferencia minimamente o território do espaço e afirma que:

Há pelo menos três processos que, ontologicamente, estão na base desta diferenciação: a) as relações de poder numa compreensão multidimensional, constituindo campos de força econômicos, políticos e culturais ([i-]materiais) com uma miríade de combinações; b) a construção histórica e relacional de identidades; c) o movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR) [...] Tal diferenciação é necessária, porém é fundamental reconhecer que espaço e território não estão separados: um está no outro. O espaço é indispensável para a apropriação e produção do território (Saquet, 2009, p. 82-83).

Na esfera da vivência cotidiana e na incessante dinâmica de apropriação e produção do território emergem atores individuais e coletivos, tais como instituições públicas, privadas e não-governamentais, as quais são dotadas de suas próprias normas, regras, objetivos, princípios e representações, ostentando características distintas nos âmbitos econômico, político e cultural, cujo tecido social e territorial revela uma pluralidade de arranjos, que se desdobram desde o indivíduo e a unidade familiar, abrangendo organizações comunitárias locais, até conglomerados políticos, culturais e empresariais de grande envergadura.

Este complexo panorama social e territorial é permeado por diferenças culturais e políticas, bem como, por desigualdades socioeconômicas tanto nas unidades familiares quanto nas entidades produtivas, dos sujeitos menos aquinhoados, sejam elas situadas em contextos urbanos ou rurais. Paralelamente, emergem traços comuns que conectam indivíduos, famílias, associações e empresas, estabelecendo uma intrincada rede de interrelações no mosaico social e territorial.



XVII SICOOPES & VIII FECITIS

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

FEIRA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO SOCIAL

De acordo com Saquet (2009, p.86-87),

A territorialidade é entendida como valorização das condições e recursos potenciais de contextos territoriais em processos de desenvolvimento, o que pode ser traduzido numa *territorialidade ativa*, que pode ser concretizada através da organização política e do planejamento participativo. É um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo social e de grupos distintos.

Conforme destacado por Dematteis (1997), o território se caracteriza pela existência de relações intrínsecas e extrínsecas, com níveis territoriais correlatos, escalas diversas, recortes específicos e locais dotados de singularidades, sobretudo, no que concerne ao patrimônio cultural e identitário. Todavia, tais lugares não são isolados, visto que apresentam traços e vínculos econômicos e políticos que transcende suas fronteiras. Esses espaços, incorporam elementos e processos de natureza política e econômica, mantendo assim uma conexão indissociável com a formação territorial em seu conjunto.

Sob essa perspectiva, o território denota complexas interações sociais, manifestações de conflitos, cooperações, competições e coesões; ele é um produto intrincado de tramas que abarcam construções espaciais, instituições, redes multiescalares, relações sociais e a natureza externa ao ser humano. Destarte, o território se apresenta como uma entidade simultaneamente objetiva-material e subjetiva-imaterial (Saquet, 2009). A partir dessa compreensão de rede, nota-se na região de Carajás como um grande espaço onde a agricultura familiar pode ser identificada de modo imediato nos mais de 500 Projetos de Assentamentos – PAs, com múltiplos territórios imateriais (Rafesttin, 2003). Destes, alguns estão no campo político representativo e de lutas na defesa de acesso às políticas públicas ligadas ao campo.

Um território imaterial notável no espaço da região de Carajás, formado pelo associativismo e o cooperativismo, com visões e objetivos alinhados com a organização da produção familiar com a existência de 500 associações e pouco mais de uma dezena cooperativas, as quais podem ser divididas em três extratos: aquelas com infraestrutura de beneficiamento, armazenamento e comercialização; outras com o quadro social organizado e que organiza e vende a produção dos cooperados *in natura* e, por fim, cooperativas que estão atravessando processos de análise e reestruturação de seus quadros sociais.

Assim, o cooperativismo na condição da ação local territorializou a organização produtiva das estruturas ligadas aos agricultores e tem no seu funcionamento vários outros “sub-



XVII SICOOPES & VIII FECITIS

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

FEIRA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO SOCIAL

territórios” que estão ligados às questões estruturais e de funcionamento que precisam em partes ser desterritorializadas e reterritorializadas.

3.4 Territorialização do cooperativismo na região Carajás

A região Carajás tem seu histórico de organização social datado da década 1970, principalmente a partir da intensificação da ocupação do espaço e a expansão da agricultura tradicional (extensiva de corte e queima). Nessa mesma década, a construção Rodovias federais (Rodovia Belém Brasília – BR 010, Rodovia Transamazônica – BR 230), estaduais (PA 070, PA 150, e PA 279 e PA 287) e de estradas operacionais (OP-1, OP-2 e OP-3) viabilizaram o acesso e o povoamento regional (Monteiro e Silva, 2021). Na mesma década eventos como a Guerrilha do Araguaia⁹, a implantação e militarização do INCRA, a instalação de instituições estatais e o início da implantação de grandes projetos evidenciou a região a nível nacional, sendo nessa mesma época os primeiros conflitos pela terra e, conseqüentemente, ocorreram as primeiras organizações sociais desse local se constituem. Silva (2023), em seu estudo ao cooperativismo na região de Carajás, constatou que

As primeiras iniciativas de organização dos agricultores camponeses voltadas para a produção, beneficiamento e comercialização de produtos agrícolas na região de Carajás estavam ligadas ao Movimento Sindical e eram conhecidas como cantinas comunitárias [...]. Dado o sucesso das cantinas comunitárias surgiram as organizações denominadas de Caixas Agrícolas, com destaque para a Caixa Agrícola do Castanhal Araras (CAAR) em 1988, localizada no município de São João do Araguaia. Posteriormente, foi fundada a Caixa Agrícola do município de Eldorado dos Carajás (CAAMEC) (Silva, 2023. p. 54).

Ao realizar a comercialização da produção, gêneros alimentícios e de primeira necessidade, ainda de maneira informal, essas Caixas Agrícolas foram as iniciativas pioneiras de organização da produção familiar dos associados desenvolvida pelos trabalhadores rurais

⁹ A Guerrilha do Araguaia foi um movimento de resistência armada contra a ditadura militar no Brasil, ocorrido entre 1972 e 1974, nas regiões do Sul e Sudeste do Pará, Maranhão e norte do Goiás (atualmente Tocantins). Organizado pelos membros do Partido Comunista do Brasil (PC do B), o movimento tinha como objetivo efetivar, por meio da guerrilha rural, o processo revolucionário via campesinato. Os guerrilheiros escolheram a região do Araguaia devido às tensões sociais, preocupações em relação às populações indígenas, perda de território para as mineradoras e desmatamento por conta do avanço da pecuária.



XVII SICOOPES & VIII FECITIS

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

FEIRA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO SOCIAL

como estratégia de consolidação da conquista da terra. Com destaque local e regional, a Caixa agrícola do Araras foi criada para “viabilizar o processo de organização, beneficiamento e comercialização dos seus produtos extrativistas junto ao mercado, tendo como principal produção o cupuaçu” (Silva, 2023, p. 54).

Almeida (2011) e Barros (2015) apontam para a reflexão de que no seio das discussões do Movimento Social de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR havia uma demanda que culminou na criação de cooperativas para atender à necessidade dos agricultores e agricultoras em consolidar a sua produção nas áreas de terra, fruto da conquista no processo de luta pela Reforma Agrária.

A demanda dos agricultores por promover e consolidar a produção nas áreas de terras conquistadas foi o ponto de partida para a criação da Cooperativa Camponesa do Araguaia Tocantins (COOCAT) em 18 de dezembro de 1992, criada por agricultores familiares originários de seis municípios¹⁰ da região, portanto, surgiu como uma iniciativa de organização dos agricultores voltada para a comercialização de seus produtos e a obtenção de insumos a preços mais acessíveis.

A COOCAT, inicialmente, criada em face da falta de uma política governamental direcionada para o desenvolvimento de uma agricultura familiar sustentável na área, teve abrangência regional, o que de certa forma, fortaleceu o cooperativismo rural vinculado ao movimento sindical.

Ao longo do tempo a COOCAT evoluiu para tornar-se a Federação das Cooperativas do Araguaia-Tocantins (FECAT), emergindo como uma entidade representativa crucial para os agricultores da região, que por sua vez se consolidou como uma importante organização, dedicada à promoção da organização, beneficiamento e comercialização da produção agropecuária. Além disso, desempenhou um papel fundamental no fortalecimento das ações de produtivas existentes nos Projetos de Assentamento. Isso se refletiu na fundação de novas cooperativas a partir de 1993, como se observa no quadro 1.

Quadro 01. Cooperativas e datas de criação

Nome da Instituição	Sigla	Data de Fundação	Sócios fundadores
---------------------	-------	------------------	-------------------

¹⁰ Os municípios são: Marabá, Itupiranga, São João do Araguaia, Jacundá, São Domingos, Nova Ipixuna.



XVII SICOOPES & VIII FECITIS

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

FEIRA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO SOCIAL

Cooperativa Mista de Produtores Rurais da Região Carajás (Parauapebas)	COOPER	08.03.1997	53
Cooperativa dos Trabalhadores Agroextrativista de Nova Ipixuna	COORRENTÃO	18.04.1998	37
Cooperativa Mista da Agricultura Familiar de Eldorado do Carajás	COOMAFEC	17.11.2001	40
Cooperativa Mista da Agricultura Familiar de São João do Araguaia	COMASJA	26.03.2002	22
Cooperativa Mista da Agricultura Familiar de Itupiranga	COOMAFI	12.04.2002	35
Cooperativa Mista da Agricultura Familiar de Marabá	COOMFAMA	14.10.2002	34
Cooperativa Mista da Agricultura Familiar de São Domingos do Araguaia	COMASDA	10.05.2003	32

Fonte: Barros (2015).

Estas procuravam incentivar investimentos para a implementação de novas agroindústrias voltadas para o beneficiamento de frutas, com foco principal na transformação de açaí (*Euterpe oleracea*) e cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*). “A partir do ano de 1993, a COCAT atuou na organização e na comercialização do arroz. Nesse interim, foi implantada uma agroindústria de beneficiamento para frutos nativos da floresta amazônica (cupuaçu e açaí), apresentando crescimento e visibilidade na região, com uma nova perspectiva para os agricultores” (Barros 2015, p. 79).

Em abril de 2003 a partir da união das cooperativas de sete municípios¹¹ criou-se FECAT com o objetivo de

Promover o desenvolvimento de uma agricultura familiar baseada na preservação e convivência com a agrobiodiversidade local, sustentada através da união das cooperativas associadas e da representação política em defesa de seus interesses sociais, assistenciais e econômicos, viabilizando o desenvolvimento da comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar, orientando e integrando suas atividades bem como facilitando a utilização recíproca de serviços (Barros, 2015, p. 81).

¹¹ A Federação denominada FECAT foi constituída por sete cooperativas, sendo elas: Cooperativa Mista da Agricultura Familiar de Itupiranga (COOMAFI), Cooperativa dos Trabalhadores Agro-extrativistas de Nova Ipixuna (CORRENTÃO), Cooperativa Mista da Agricultura Familiar de São João do Araguaia (COOMASJA), Cooperativa Mista da Agricultura Familiar de São Domingos do Araguaia (COOMASDA), Cooperativa Mista da Agricultura Familiar de Eldorado dos Carajás (COOMAFEC), Cooperativa Mista dos Produtores Rurais da Região de Carajás (COOPER), Cooperativa Mista da Agricultura Familiar de Marabá (COOMFAMA).



XVII SICOOPES & VIII FECITIS

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

FEIRA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO SOCIAL

Faz-se necessário informar que à época de sua criação, as cooperativas de Itupiranga, Eldorado do Carajás, São João e São Domingos do Araguaia foram criadas e seus associados integralizaram suas quotas-parte e elegeram a diretoria, cada uma a seu modo, buscando meios de organizar a produção para ser entregue à FECAT para o beneficiamento e posterior comercialização, como salienta Barros (2015, p. 82).

Nos anos de 2004 a 2007, a partir da captação de recursos do governo federal, por meio do PRONAF Agroindústria, a FECAT ampliou seus investimentos, com aquisição de transporte, implantação de laboratório de análises e aumento da capacidade de estocagem, ocorrendo com isso crescimento e diversificação das compras de frutos, aumento do número de famílias atendidas diretamente e um controle de qualidade eficaz.

A relevância da FECAT o contexto regional marca a busca por fortalecimento do cooperativismo, destacando-se no processo de organização e representação econômica dos camponeses vinculados aos assentamentos de reforma agrária. Entretanto, apesar do breve período de prosperidade e consolidação das cooperativas, a FECAT passou a enfrentar um declínio, motivado por dois fatores preponderantes: o primeiro refere-se à escassez e à dificuldade de acesso às políticas públicas que apoiassem os processos organizativos e produtivos das cooperativas e, finalmente, o segundo relacionado a problemas e dificuldades enfrentadas na/pela gestão administrativa da FECAT (Silva, 2023), o que levou ao próprio encerramento das atividades da Federação.

Este cenário ilustra não apenas as conquistas da FECAT no fortalecimento do cooperativismo regional, mas também destaca os desafios enfrentados, especialmente no âmbito do acesso a políticas públicas e na efetiva gestão administrativa. Sua trajetória, embora marcada por um período de declínio, evidencia a complexidade e as nuances inerentes à manutenção e prosperidade de organizações cooperativas em contextos dinâmicos e desafiadores.

Para fazer frente ao desafio de levar adiante o cooperativismo e todas as ações em andamento nas cooperativas da região tornou necessária a criação de uma nova pessoa jurídica. Assim, em 25 de julho de 2018 foi fundada a Central das Cooperativas de Produção Familiar da Região Amazônica (CUIA), como uma inovação organizacional, estrategicamente



XVII SICOOPES & VIII FECITIS

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

FEIRA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO SOCIAL

concebida para enfrentar os desafios do movimento cooperativista, estabelecendo uma conexão intrínseca com o campesinato regional.

A criação da Central das Cooperativas de Produção Familiar da Região Amazônica (CUIA) representa uma resposta proativa e estratégica diante dos obstáculos legais enfrentados pela antiga Federação. Essa mudança não apenas reflete a adaptabilidade do movimento cooperativista, mas também indica um comprometimento contínuo em fortalecer a representatividade e a colaboração entre as cooperativas no contexto regional.

A fundação da CUIA emerge como uma iniciativa de grande relevância ao propor preservação e o fortalecimento das práticas cooperativas, destacando-se na promoção do cooperativismo como uma expressão tangível da conquista da terra e do fortalecimento do campesinato. Este movimento assume um papel determinante ao impulsionar a territorialização do cooperativismo na região Carajás e Amazônica, consolidando, assim, uma presença significativa e efetiva na interseção entre a aquisição de terras, o movimento cooperativista e os interesses do campesinato.

4. Considerações Finais

A região de Carajás, no Sudeste do Pará, apresenta uma dinâmica peculiar no que diz respeito à agricultura familiar e ao cooperativismo, as quais desempenham papel significativo na região, marcada por lutas, avanços e retrocessos, especialmente em relação à defesa do acesso às políticas públicas ligadas ao campo.

Nesse contexto, o território é compreendido não apenas como um espaço físico, mas também como um campo imaterial, formado por disputas pela terra, fomento produtivo, representação política, beneficiamento e comercialização da produção. O cooperativismo, por sua vez, tem sido fundamental na organização e comercialização da produção agrícola familiar, contribuindo para o fortalecimento do movimento sindical e para a implementação de agroindústrias voltadas para o beneficiamento de frutas.

No entanto, existem desafios e dificuldades a serem enfrentadas, como a escassez de acesso às políticas públicas e problemas na gestão administrativa das cooperativas. Para a compreensão desses desafios faz-se aprofundar a pesquisa para desvendar outros territórios simbólicos como o território da cultura organizacional.



XVII SICOOPES & VIII FECITIS

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

FEIRA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO SOCIAL

É preciso desterritorializar os erros ocorridos no passado e reterritorializar uma nova cultura organizacional no interior das organizações cooperativas de modo a fortalecer o movimento cooperativo, e consolidar a agricultura familiar como atora do desenvolvimento rural com equidade social, econômica, ambiental e cultural.

5. Agradecimentos

Ao Programa de Pós Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA), onde cursei a disciplina Território da Ação Local como aluno especial e às professoras Doutoras Edma Silva Moreira e Ana Claudeise Santos, ambas professora da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA.

6. Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Luciano. **Sindicalistas e pesquisadores na região de Marabá: uma análise do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT)**. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto de Ciências Humanas e Sociais. 2011.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/70/f1282reflexoes-sobre-o-conceito-de-agricultura-familiar---iara-altafin---2007.pdf>> Acesso: em 19/10/2023.

BARROS, Manuel Fábio Matos. **Educação do campo e cooperativismo: da utopia à prática**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural e Gestão de empreendimentos agroalimentares) Instituto Federal do Pará. Castanhal – PA, 2015.

BARROS, M. F. M e SILVA, R. N. S. **O Cooperativismo no Sudeste Paraense: histórico e perspectivas**. Artigo (Especialização em Educação do Campo, Agroecologia e Questões Pedagógicas), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA, Campus Rural de Marabá, 2013.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm> Acesso em: 20/11/2023.

CHAYANOV, A. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. 1924. In: CARVALHO, H. M. de (Org). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 99-137.



XVII SICOOPES & VIII FECITIS

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

FEIRA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO SOCIAL

CHAYANOV, A. **The Theory of Peasant Co-Operatives**. Columbus, Ohio: The Ohio State University Press, 1991.

CHAYANOV, A. **The theory of Peasant Economy**. Illinois: The American Economic Association, 1966, p. 386.

CONGILIO, C. **Mineração, Trabalho e Conflitos Amazônicos no Sudeste do Pará**. Revista de Políticas Públicas, nº especial, p. 195 – 199, 2014.

CONGILIO, C.; MORAES, C. **Violência agrária e desmatamento: corolários das políticas de Estado e das lutas sociais no sudeste paraense**. Lutas Sociais, v. 20, n. 37, p. 155 - 167, 2016.

COSTA, F. **Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. Francisco de Assis Costa, 2000.

COSTA, F. **Economia camponesa nas fronteiras do capitalismo: teoria e prática nos EUA e na Amazônia brasileira**. Belém: NAEA, 2012. p. 310. v. 1.

COSTA, F. **Formação agropecuária na Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. – Belém: NAEA, 2012a. 33-187 p.

COSTA, F. **Mudança estrutural na economia agrária da Amazônia: Uma avaliação inicial usando os censos agropecuários (1995, 2006 e 2017)**. Boletim Regional, Urbano e Ambiental (IPEA), v. 23, p. 83 - 96, 2021.

COSTA, F. **O investimento na economia camponesa: considerações teóricas**. Revista de Economia Política, n.15, v.1, 1995, pp. 84-101.

DEMATTEIS, Giuseppe. Il tessuto delle cento città. In: COPPOLA, Pasquale. (Org.). **Geografia politica delle regioni italiane**. Torino: Einaudi, 1997. p.192-229.

HARVEY, D. **Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HERRERA, J. Desenvolvimento capitalista e a produção do espaço agrário amazônico. **GEOSUL (UFSC)**, v. 34, p. 473-499, 2019.

KAUTSKY, K. **The agrarian question**. London: Zwan Publications, 1988.

MICHELOTTI, F. **Territórios de Produção Agromineral: Relações de poder e novos impasses na luta pela terra no sudeste paraense**. 2019. (Tese de doutorado) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, UFRJ, Rio de Janeiro.



XVII SICOOPES & VIII FECITIS

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

FEIRA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO SOCIAL

MICHELOTTI, F.; NASCIMENTO, H.; GOMES JÚNIOR, E. **Ajuste espacial e temporal na Amazônia**: reflexões sobre fronteira do capital e des-re-configurações territoriais. *Novos Cadernos NAEA*, [S.l.], v. 25, n. 4, 2022.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu., SILVA, Regiane Paracampos. **Expansão geográfica, fronteira e regionalização**: a região de Carajás. *Confins (Paris)*, v. 1, n. 49, 2021.

PENNA, C. IV - Inca como ator-rede: estudo das relações entre os servidores da SR-27. In: NEVES, DP., GOMES, RA., and LEAL, PF., orgs. **Quadros e programas institucionais em políticas públicas**[online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, pp. 105-124. ISBN. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. Acessado em 07/12/2023.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder**. SP: Ática, 1993 (1980).

ROCHA, A. C. O. **Trajetórias e concepções do cooperativismo camponês no nordeste paraense**. 2020. 116 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

SAQUET, Marcos. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio.; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Editora Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2, 2009.

SILVA, Raimundo Nonato Santos da. **Obstáculos para o cooperativismo na Região de Carajás (PA)**: uma análise a partir de Chayanov. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia (PPGPAM). Marabá – PA, 2023.

SOUSA, R. C. (2019). **Guerrilha do Araguaia**: violência, memória e reparação. *Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História*, 66. Disponível em: <<https://doi.org/10.23925/2176-2767.2019v66p178-219>> acessado em 08/12/2023

SILVA, R.; SILVA, D.; GOMES JÚNIOR, E.; MICHELOTTI, F. **O papel do Cooperativismo no fortalecimento da agricultura familiar nos assentamentos da reforma agrária no Sudeste paraense**. *Anais do III Congresso Internacional de Economia Solidária e Desenvolvimento Local*. Feira de Santana: Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS. Feira de Santana: UEFS, 2021.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, ed. online.

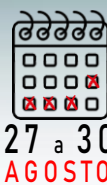


INSTITUTO FEDERAL
Pará
Campus Castanhal

PPDRGEA
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL E
GESTÃO DE EMPREENHIMENTOS AGRICOLAS

Universitat d'Alacant
Universidad de Alicante

Le Mans
Université



XVII SICOOPES & VIII FECITIS

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

FEIRA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO SOCIAL

27 a 30
AGOSTO

WANDERLEY, M.N.B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J.C. (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3ª ed. Passo Fundo: EDIUPF, 2001. p. 21-55.



Sistema OCB/PA
FECOOP NORTE - OCB/PA - SESCOOP/PA



FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE
AMPARO A ESTUDOS E
PESQUISAS



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

